

TADEU ANTONIO SALLES

COOPERATIVA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Monografia apresentada ao Programa de Educação Continuada da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Especialista em Planejamento e Gestão de Cidades.

São Paulo

2016

TADEU ANTONIO SALLES

COOPERATIVA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Monografia apresentada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de especialista em Planejamento e Gestão de Cidades do Programa USP Cidades

Área de Concentração: Planejamento e Gestão de Cidade

Orientador: Prof. Dr. Sérgio André Castelani

SÃO PAULO
2016

Catálogo-na-publicação

Salles, Tadeu Antônio

Cooperativa como instrumento de desenvolvimento local / T. A. Salles – São Paulo, 2016.

44 p.

Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. PECE - Programa de Educação Continuada em Engenharia.

1. Cooperativa 2.Cooperativismo 3.Desenvolvimento econômico local 4.Inclusão social I.Universidade de São Paulo. Escola Politécnica. PECE – Programa de Educação Continuada em Engenharia II.t.

Dedico este trabalho:

A Deus pelo dom da vida e por possibilitar a realização de nossos
planos e sonhos.

À minha mulher, presença certa nas horas de conflito interior, que
com seu talento e luz sempre soube indicar os melhores caminhos;

Às minhas filhas Jéssica e Bruna, com muito carinho e amor.

Dedico aos meus pais “in memoriam”. Pelo exemplo de vida,
caráter integridade e amor.

AGRADECIMENTOS

À meu orientador Prof. Dr. Sérgio André Castelani, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço ao Prefeito de Itapevi Eng. Jaci Tadeu da Silva, por ter me proporcionado a oportunidade de participar de tão importante curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades

Aos meus amigos e parceiros pela convivência, pelas alegrias, tristezas e às vezes dores compartilhadas. Juntos aprendemos, rimos, discutimos, brincamos, mas sempre estivemos em busca do nosso objetivo.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Para nascer um novo Brasil, humano, solidário, democrático, é fundamental que uma nova cultura se estabeleça, que uma nova economia se implante e que um novo poder expresse a sociedade democrática e a democracia no Estado”.

Herbert José de Souza (Betinho)

RESUMO

Salles, Tadeu Antonio. Cooperativas como instrumento de desenvolvimento local. 2015. 43 folhas. Monografia (Planejamento e Gestão de Cidades do Programa USP Cidades). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2015.

Este trabalho tem como temática o desenvolvimento local promovido pelas Cooperativas, que também podem ser entendidas como organizações de economia solidária.

O objetivo é apresentar como as Cooperativas podem contribuir para o desenvolvimento local, permitindo que os recursos, sejam eles de produção ou financeiros, advindos dos trabalhos dos cooperados, entrem na cadeia produtiva local gerando mais produção, consumo e distribuição de riqueza, tendo como foco a valorização do ser humano e não do capital.

Este trabalho visa ainda mostrar que as Cooperativas possuem um papel social muito importante, pois promovem a inclusão social em um Brasil onde ainda há desigualdade social e concentração de renda.

Procura-se demonstrar os benefícios do cooperativismo como ferramenta de desenvolvimento local, e como esta reflete em melhor aproveitamento das economias em seus locais de origem, o que permite mais recursos na cadeia produtiva local.

Palavras-chave: Cooperativa, cooperativismo, desenvolvimento econômico local, inclusão social.

ABSTRACT

Salles, Tadeu Antonio. Cooperative, economic, social and local development. 2012. 43 sheets. Monografia (Planejamento e Gestão de Cidades do Programa USP Cidades). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2015.

This paper has as subject the local development promoted by Cooperatives, which can also be understood as social economy organizations.

The aim is to show how Cooperatives can contribute to local development, allowing the resources, whether they are of production or financial, proceeding from the work of members, to enter the local production chain, creating more production, consumption and income distribution, with a focus on valuing human beings instead of valuing capital.

This paper also aims to show that Cooperatives have a very important social role, because they promote social inclusion in a Brazil where social inequality and income concentration have been rising.

It attempts to demonstrate the benefits of cooperativism as a tool of local development, which reflects in better use of economies in their places of origin, which allows more resources in the local production chain.

Keywords: cooperative, cooperativism, local economic development, social inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama de relação cooperativista	16
Figura 2 - Significado do Símbolo Universal do Cooperativismo.....	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais diferenças entre Cooperativas e outras empresas	17
Tabela 2 - Evolução da Legislação das Cooperativas	23
Tabela 3 - Número de Cooperativas por Região	25
Tabela 4 - Número de Cooperativas por ramo	25
Tabela 5 - Número de empregados de Cooperativas por Estado	26
Tabela 6 - Balança Comercial Brasileira	28
Tabela 7 - Balança Comercial das Cooperativas	29
Tabela 8 - Participação das Cooperativas na Balança Comercial Brasileira	30
Tabela 9 - Comparativo de IDH em Regiões com Cooperativas e Sem Cooperativas.	30
Tabela 10 – Dez maiores Cooperativas do Brasil por faturamento	31
Tabela 11 – Dez maiores Cooperativas por distribuição de Sobras e Funcionários .	32
Tabela 12 – Dez maiores Cooperativas dor Cidade / Estado	33
Tabela 13 – Dez maiores Cooperativas do Mundo	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	11
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 OBJETIVO GERAL	13
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
2 COOPERATIVA.....	14
2.1 COOPERATIVISMO	17
2.2 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO	20
2.3 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	21
2.4 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	22
2.5 DADOS ESTATÍSTICOS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO	24
2.6 DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR COOPERATIVISTA NO MUNDO	34
3 COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	36
4 CONCLUSÃO	39
REFERENCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Apesar do Cooperativismo moderno, na forma como conhecemos atualmente, ter surgido em meados do século XIX, na Europa, sua importância socioeconômica ainda e pouco compreendida.

Este trabalho desenvolve uma reflexão de forma sintética, sobre a influência das Sociedades Cooperativas como promotoras do desenvolvimento local e social, com aproveitamento dos recursos regionais.

Vale dizer que o Cooperativismo é uma das armas mais importantes para combater uma economia globalizada, por sua natureza excludente, essencialmente capitalista, já que seu objetivo é a maximização do lucro.

As Cooperativas exercem atividades socioeconômicas diversas, atuam em diversos segmentos da economia e, contribuem de forma significativa para a reestruturação da economia local, especialmente em áreas mais débeis.

A organização Cooperativa, fundamenta-se na pessoa e não no capital, tem como propósito atender às necessidades dos cooperados, que em grupos realizam objetivos econômicos que teriam dificuldades de alcançarem individualmente.

Diante do exposto o trabalho propõe confirmar que as Cooperativas pertencem a um sistema estrutural essencialmente capaz de contribuir para o desenvolvimento local, ainda que esteja inserida em um sistema capitalista.

1.1 JUSTIFICATIVA

Desde os primórdios da humanidade, a busca por objetivos em comum contribui para o desenvolvimento econômico do ser humano e da sociedade a qual está inserido. A partir da união de esforços por meio da criação de cooperativas, os objetivos em comum, se tornam mais plausíveis e fáceis de serem conquistados. Por

isso, cada vez mais, o cooperativismo vem tomando espaço entre as organizações, principalmente no agronegócio, onde a sua força demonstra maiores impactos.

O cooperativismo iniciou no século XVIII, com os tecelões de Rochdale. Em face de seu resultado surpreendente diante às questões sociais da época da Revolução Industrial, despertou grande interesse no mundo inteiro. (CENZI, 2012, p.79).

Atualmente está difundindo no mundo todo, com seus princípios de ajuda mútua. Através da cooperação entre os agricultores, alcançam benefícios, os quais se estivessem sozinhos não conseguiriam. Pois, une-se na luta por objetivos em comum.

O Cooperativismo é um movimento que gera qualidade de vida para cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo. O ano de 2012 foi o ano escolhido pela Organização das Nações (ONU) para ser o Ano Internacional das Cooperativas com o slogan “Cooperativas constroem um mundo melhor”. O referido slogan busca refletir o espírito cooperativista e o compromisso com o desenvolvimento global (OCEMG, 2013, *online*).

A relevância da pesquisa está relacionada ao fato de demonstrar os impactos que o Cooperativismo representa no desenvolvimento socioeconômico local, refletindo na sociedade em geral, desde o comércio, até a prestação de serviço, o que vai interferir na geração de emprego e renda, formando um ciclo inter-relacionado.

Para a instituição de ensino, a qual o pesquisador está inserido, fica uma contribuição para futuros pesquisadores, que poderão se utilizar desta. Bem como, o aumento no acervo de trabalhos produzidos pela instituição na área do cooperativismo. Deste modo a sociedade acadêmica poderá contar com um estudo contributivo aos acadêmicos no seu processo de formação.

A busca pelo conhecimento sempre é gratificante para seus receptores. Desta forma, pode-se elucidar a relevância do trabalho para o pesquisador, pois através do mesmo, poderá observar e analisar a teoria estudada na prática. E o mais importante verificar o impacto que as organizações, neste caso as cooperativas, representam na

vida das pessoas, no desenvolvimento socioeconômico, na comunidade que estão inseridas, contribuindo para os dois “atores” deste cenário, cooperados e cooperativas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Mostrar a importância do Cooperativismo em seus segmentos como ferramenta para alavancar o desenvolvimento econômico local e social de maneira sustentável.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Descrever a relação entre os cooperados e as cooperativas;
2. Verificar as ações promovidas pelas cooperativas em benefício dos cooperados; e
3. Identificar qual é o impacto da integração promovida pela cooperativa no desenvolvimento dos cooperados.

2 COOPERATIVA

A busca por um objetivo em comum deu origem ao cooperativismo, que é a união de pessoas para alcançar o que desejam, melhorias que individualmente sendo buscadas seriam muito difíceis de conseguir. O termo “cooperação” origina-se do verbo latino *cooperari*, uma junção de *cum* e *operari*, resultado do significado de operar juntamente com alguém, prestação de auxílio para um fim comum (CENZI, 2009, p. 17).

Segundo Pinho (1982), o pensamento cooperativo teve sua base respaldada na oposição ao liberalismo econômico, também, movido pela corrente liberal dos socialistas utópicos, dos franceses e ingleses e pelas experiências associativistas. Onde existiam objetivos diferentes, a busca de aquisições monetárias, como também, melhorias nas condições que os trabalhadores estavam sujeitos. Havia pensamentos que citavam a importância da união de pessoas associando-se em busca de um bem em comum.

As cooperativas segundo Pinho (1982, p. 23), “nasceram, simultaneamente, da utopia e do desejo da massa trabalhadora de superar a miséria pelos seus próprios meios”. Os princípios criados pelos tecelões de Rochdale são seguidos como base para o cooperativismo até a atualidade. Firmando assim a importância desse evento, qual tem reflexos até os dias atuais no cooperativismo.

As cooperativas servem como intermediárias para que a negociação possa ser firmada mais facilmente, porém, devem ser buscados objetivos claros e significativos, para que seja satisfatório para todos os cooperados, desse modo, “A cooperativa não deve ser vista como fim: na verdade ela é o meio. O fim deve ser o cooperado, a comunidade, a pessoa” (GORA, 2010, p. 93).

As cooperativas devem ser regidas conforme lei e estatuto próprio, segundo necessidade e objetivos de seus cooperados. A Organização das cooperativas brasileiras (OCB), é o órgão máximo de representação de cooperativas no país, é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, nas

instancias política e institucional, além de incentivar e orientar as sociedades cooperativistas (OCB, 2012).

Bialoskorski Neto (2001, p. 629), comenta que:

As cooperativas não irão possuir, do ponto de vista econômico, uma existência autônoma e independente dos seus membros, como ocorre nas sociedades de capital, mas deverão existir como organização econômica intermediária, posta a serviço da satisfação das necessidades das economias particulares dos cooperados.

A Cooperativa é responsável por integrar os produtores rurais, assim promovendo a luta por objetivos em comum. No entendimento de Bialoskorski Neto (2001, p. 230):

Pode-se expressar a importância do cooperativismo na agricultura brasileira, através da participação das cooperativas no cenário produtivo nacional, em que grande parte da produção de soja, milho, leite, suínos, entre outros, é feita por cooperativas. Conseguem então um poder maior de negociação com outras empresas.

As cooperativas conseguem melhores preços de compra de insumos e venda de produtos, o que “[...] para o produtor rural, existe uma grande vantagem uma vez que as cooperativas comprovadamente aumentam seu nível de renda, o que torna-se altamente interessante” (BIALOSKORSKI NETO, 2001, p. 231).

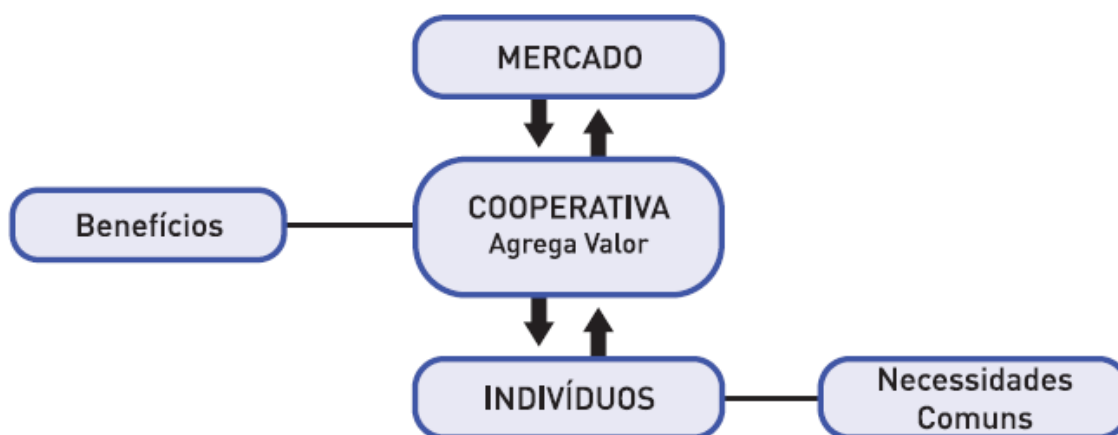
Basicamente, o que se procura ao organizar uma cooperativa é melhorar a situação econômica de determinado grupo de indivíduos, solucionando problemas ou satisfazendo necessidades comuns, que excedam a capacidade de cada indivíduo realizar isoladamente. Portanto, cooperativa é, um meio para que um grupo de pessoas atinja objetivos específicos, através de um acordo voluntário para cooperação recíproca.

“Cooperativa é uma sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútuas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades”. (SEBRAE, 2009, p.8)

Numa relação cooperativista, os indivíduos agregam valor a determinados bens, obtendo benefícios (renda), objetivando atender suas necessidades comuns.

Pode ser esquematizado conforme abaixo.

Figura 01 – Diagrama de relação cooperativista:



Fonte: Sebrae, 2016, *online*

A Cooperativa (em si) não possui finalidade lucrativa, servindo apenas como instrumento de promoção dos interesses de seus membros.

Através da tabela 01 - principais diferenças entre Cooperativas e outras empresas, é possível perceber o quanto o cooperativismo pode tornar-se a saída para uma sociedade mais justa e igualitária, priorizando o ser humano como sujeito atuante em detrimento do capital financeiro. Isso traz novas oportunidades para aqueles que possivelmente estariam fora do mercado de trabalho por não terem condições de competir com igualdade frente às exigências de um mundo cada vez mais globalizado.

Tabela 01 – Principais diferenças entre Cooperativas e outras empresas

COOPERATIVAS	EMPRESAS MERCANTIS
Sociedade de pessoas	Sociedade de capital
Dar condições de produção e trabalho aos cooperados	Gerar lucro aos acionistas/cotistas
Um voto por cooperado nas deliberações	Voto proporcional ao nº de ações/cotas
Participação democrática	O sócio majoritário é quem decide
Quorum nas assembleias: com base no nº de cooperados	Quorum com base no capital social
Retorno proporcional das operações realizadas pelo cooperado	Dividendos proporcionais à participação no capital.
Número ilimitado de associados	Regra: número limitado de cotistas
As quotas-partes são intransferíveis a não cooperados	As cotas podem ser transferidas aos sócios ou terceiros
O objetivo social é exercido pelos cooperados	Em regra, o trabalho é executado pelos empregados
Relação trabalhista entre cooperativa e seus empregados	Relação trabalhista entre empresa e empregados
Relação civil entre cooperativa e cooperados	Relação civil entre empresa e sócios/acionistas
Não sujeita à falência	Sujeita-se à falência
A sociedade não possui fins lucrativos	Possui fins lucrativos

http://www.reusa.com.br/biblioteca/Informativo_Cooperativas_SEBRAE.pdf

2.1 COOPERATIVISMO

No movimento dos Pioneiros de Rochdale, no bairro de Manchester, Inglaterra, em 1844, o cooperativismo encontrou consistência para chegar à atualidade. Uma sociedade foi formada a partir da união de 28 tecelões, quais buscavam uma alternativa à exploração que sofriam pelo sistema capitalista, em meio a Revolução Industrial (SANTOS; GOUVEIA; VIEIRA, 2008). Essa união deu início ao pensamento cooperativista, e a partir do sucesso da criação dessa sociedade cooperativa, as pessoas puderam perceber, que se unissem, seria possível ter mais influência de negociação, e alcançar objetivos maiores.

Apesar da influência ávida, o nascimento dessa modalidade societária – cooperativismo, embora tenha seu berço na Inglaterra, curiosamente, não foi um inglês o precursor dessa ideia, mas sim, um holandês que ali residia – Peter Corneliszoon Plockhoy (1625-1670). As ideais que pregava consistiam no bem estar das pessoas modestas, mediante organização de pequenas

repúblicas de agricultores, artesãos, pescadores e mestres em arte e ciências. (CENZI, 2009, p. 25).

Segundo Martins et. al (2011, p. 4) “a ideia do cooperativismo vem trazer que todos têm os mesmos direitos e que cada qual com sua aptidão possam fazer o bem e a diferença ao seu próximo”. Assim, quando existe uma adesão pela busca de um objetivo em comum, todos podem ajudar, fazendo a diferença, mesmo com pequenos atos, que seriam insignificantes se não existisse a união, quando existe a junção de várias pessoas, é possível todos darem opinião, e podem ajudar um ao outro, promovendo assim a integração dos produtos entre o mercado e as economias.

Na figura 02 é possível visualizar o símbolo do cooperativismo:

Figura 02 - Símbolo do Cooperativismo.



De acordo com o site da Cooperaliança (2014) os significados do símbolo do Cooperativismo são:

- **Pinheiros:** Representa a imortalidade e a fecundidade, devido sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação. Os pinheiros unidos são mais resistentes e ressaltam a força e a capacidade de expansão.
- **Círculo:** Símbolo da eternidade, pois não tem horizonte final, nem começo, nem fim.
- **Verde:** Lembra as árvores - princípio vital da natureza e a necessidade de se manter o equilíbrio com o meio-ambiente.
- **Amarelo:** simboliza o sol, fonte permanente de energia e calor.

Ressalta-se que, através do símbolo do cooperativismo seus aspectos fundamentais: união, fortalecimento e busca pelo desenvolvimento da classe.

Masy (1979, p. 15) elenca algumas características do conceito socioeconômico presente no cooperativismo:

1. Agrupamento de indivíduos que estão unidos por um interesse comum.
2. A ação do grupo realiza atividades econômicas relacionadas com o progresso econômico dos sócios.
3. Para realizar essas atividades econômicas, o grupo cria um estabelecimento ou empresa com caráter permanente como instrumento prático, similar ao de qualquer outra unidade econômica que oferece serviços agrícolas, bancários, de venda, de fornecimento, etc.
4. Os associados do grupo estão vinculados à empresa cooperativa com uma relação especial: a cooperativa existe para fomentar o bem-estar dos associados. Dá-se uma identidade entre titulares e usuários da empresa.

Esses aspectos são de extrema importância na orientação dos processos desenvolvidos pela cooperativa. Para que não perca seus princípios e não se disperse, confundindo seus reais objetivos, quais são: a busca pelo desenvolvimento em conjunto.

Muitos autores defendem que o cooperativismo vai além daquilo que chamamos de forma de produção. O Cooperativismo tende a ser uma “filosofia da vida”.

“O cooperativismo é algo além de um processo de um processo de produção. Ele acaba sendo uma filosofia de vida dado que o ser cooperativista transcende a pura e simples produção de bens/ prestação de serviço e ingressa na própria dinâmica dos grupos familiares, configurando-se como estímulo de vida altamente motivada para todos”. (RICCIARDI E LEMOS, 2000, p. 09)

O Cooperativismo surgiu como alternativa de mudança na ordem social existente à época.

“É uma proposta de mudança do meio econômico-social que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos. Tal como as doutrinas econômica e sociais, a doutrina cooperativista da primeira metade do século XIX, é uma proposta de reforma social, com um projeto utópico, imaginário, de transformação da ordem social existente e da construção de uma sociedade democrática e equitativa por seus idealizadores”. (PINHO, 2004, p.162)

Dos pensamentos acima, depreende-se que Cooperativismo é uma doutrina cultural e socioeconômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de participação permanente.

2.2 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

São encontrados vestígios do cooperativismo desde a Antiguidade, quando o ser humano começava a demonstrar tendência para viver em grupos, não só para se defender na vivência de um ambiente hostil, como também na união de forças para captura de alimentos como caça, pesca, agricultura, entre outros.

Mais recentemente o associativismo surgiu com a Revolução Industrial, como forma de diminuir as desigualdades sociais e econômicas que arruinavam a classe operária naquela época.

Na França e Inglaterra houve diversos movimentos associativistas que foram conduzidos por idealistas como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, entre outros. Foram eles considerados criadores do cooperativismo, por defenderem a concepção de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto gestão, entretanto, foi em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra), que 27 tecelões e uma tecelã fundaram a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale", um pequeno estabelecimento, com um capital inicial de 28 libras, representando uma libra que cada um do grupo havia economizado.

Isso ocorreu porque os operários insatisfeitos com o modelo industrial (substituto do trabalho artesanal), buscavam naquele momento nova opção econômica para trabalharem, fazendo frente ao capitalismo ávido por lucros excessivos.

Nesse sentido a revolução industrial em nome do capitalismo desenfreado, promovia o desemprego e submetia homens, mulheres e crianças a jornadas de trabalho de até 16 horas.

Dessa forma nascia a primeira Cooperativa de consumo da história, fato que mudou o modelo econômico da época e deu origem ao movimento cooperativista.

No Brasil, o cooperativismo surgiu em meados do século XIX, como iniciativa privada, de acordo com Cenzi (2012, p. 15) “desde 1971 o Brasil vive sob os auspícios da Lei 5.764, a qual, embora originária do período de regime militar, pautou-se pela manutenção dos princípios cooperativos, tornando-se a cartilha legal do sistema até hoje”.

2.3 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Segundo o SEBRAE, (2006) o Cooperativismo possui princípios que são linhas mestras, através das quais, põem seus objetivos em prática, cujas regras devem nortear o relacionamento entre cooperados e cooperativa, uma vez que sinalizam o verdadeiro espírito do cooperativismo, distinguindo-a de outros tipos de empreendimentos econômicos. Pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI, os princípios cooperativos passaram a ter o seguinte entendimento:

1º Princípio - Adesão voluntária e livre - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas.

2º Princípio - Gestão democrática e livre - As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus cooperados, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.

3º Princípio - Participação econômica dos cooperados - Os cooperados contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas.

4º Princípio - Autonomia e independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos cooperados.

5º Princípio - Educação, formação e informação - As cooperativas promovem a educação e a formação de seus cooperados, dos representantes eleitos, dos gerentes e de seus funcionários, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento da cooperativa.

6º Princípio - Intercooperação – Para as cooperativas prestarem melhores serviços a seus cooperados e agregarem força ao movimento cooperativo, devem trabalhar em conjunto com as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Princípio - Interesse pela comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos cooperados.

2.4 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

As cooperativas estão regulamentadas na Constituição Federal, no Novo Código Civil, e também por uma lei específica, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, conhecida como a Lei do Cooperativismo, modificada parcialmente pela Lei nº 6.981, de 30/03/82, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Nesses diplomas legais, estão descritas as principais regras que regem o modelo cooperativista no Brasil.

Em alguns Estados encontra-se legislação complementar para atender uma ou outra especificidade estadual, mas, qualquer que seja a legislação, ela deverá estar subordinada às Leis Federais.

Legalmente, cooperativa é definida pela Lei n.5.764/71:

“As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria e, independentemente de seu objeto. O Parágrafo Único, art. 982, CC 2002, classifica como sociedade simples, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. (artigo 4º Lei Federal nº 5.764, de 16/12/71).

A Lei 5.764/71 traz dentre os seus artigos:

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência. (BRASIL, 1971, p. 15).

As relações econômicas realizadas entre cooperados e sua empresa são caracterizados como ato cooperativo e não ato comercial. Segundo a Lei 5.764/71: “Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”.

A tabela 02 a seguir, demonstra as mudanças e fatos marcantes que ocorreram na legislação das cooperativas, houve criação de leis e decretos que regulamentam as atividades realizadas pelas cooperativas.

Tabela 02- Evolução da Legislação das Cooperativas

Ano	Instrumento Jurídico	Fato Marcante
1890	Decretos 796, 869 e 1.429	Permitiu a criação das sociedades ou companhias cooperativas
1903	Decreto 979	Primeira referência às cooperativas de produção
1907	Lei 1.637	Dá o disciplinamento jurídico para o funcionamento das cooperativas brasileiras

1932	Decreto 22.239	Permite as cooperativas poderem ser constituídas independentes de autorização governamental, bastando apenas se registrar na junta comercial.
1938	Decreto 581	Promove a reedição do decreto 22.239/32
	Decreto 22.239 (reeditado)	Estabelece que as cooperativas passem a ser fiscalizadas, e o registro do Ministério da Agricultura, além da Junta Comercial, passa a ser obrigatório.
1941	Decreto 6.980	Regulamenta a forma como deveria ocorrer a fiscalização das cooperativas
1942	Lei 5.154	Estabelece o processo de intervenção nas sociedades cooperativas
1966	Decreto lei 59	Cria o Conselho Nacional de Cooperativismo
1971	Lei 5.764	Criação da atual lei que regulamenta o funcionamento das cooperativas
	Decreto 68.153	Divide a fiscalização das cooperativas entre INCRA, BACEN e BNH.
1983	-	Ocorrência dos projetos pilotos de Autocontrole, entre INCRA e OCEPAR ou OCERGS
1984	Decreto 90.393	Transferência das atividades de controle, fiscalização e intervenção das cooperativas agropecuárias do INCRA para o SENACOOOP
1988	-	Ocorrência do X CBC, que estabelece como prioridade a busca pela autogestão do sistema cooperativista
	Constituição Federal de 1988	A Constituição Federal estabelece que fica o Estado impedido de interferir no funcionamento das cooperativas.
1991	Plano Collor I	Extinção do BNCC e não-nomeação dos representantes do governo para comporem o CNC
1998	Medida Provisória 1.715	Criação do Plano de Revitalização do Cooperativismo Agropecuário Brasileiro (RECOOP) e do SESCOOP, entidade que se torna o sistema "s" das cooperativas
1999	Decreto 3.017	Aprova o regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP.
2004	Lei 11.076	Dá as cooperativas condições de emitirem títulos para fins de captação de recursos.

Fonte: Costa, 2005, p. 24.

Destaca-se que 1981 era possível a criação das sociedades e companhias cooperativas, porém somente em 1971, criaram-se as leis que regulamentam atualmente o funcionamento dessas organizações.

2.5 DADOS ESTATÍSTICOS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Na tabela 03 mostra-se que no Brasil, as regiões Sudeste, Nordeste e Sul são as que mais têm cooperativas. No Sul entre os anos de 2010 e 2011 houve uma diminuição de 14%, mesmo assim tem um número muito significativo. A tabela 1 demonstra por região o número de cooperativas entre os anos de 2010 e 2011.

Tabela 03 - Número de cooperativas por Região

Região	Número de cooperativas		Variação
	2011	2010	
Sudeste	2.349	2.285	3%
Nordeste	1.738	1.718	1%
Sul	1.050	1.227	-14%
Norte	789	772	2%
Centro-Oeste	660	650	2%
Total	6.586	6.652	-1%

Fonte: Organização das Cooperativas do Brasil. **Panorama do cooperativismo Brasileiro - Ano 2012.**

As cooperativas distribuem-se por todo o território nacional, mas com uma nítida concentração nas regiões Sul e Sudeste, que são aquelas de agricultura mais desenvolvida e empresarial (BIALOSKORSKI NETO, 2001, p. 630).

As cooperativas trazem benefícios tanto para os cooperados, como também para a região em que estão inseridas. Quando existe a comercialização de produtos agrícolas, o montante gerado movimenta também a cidade economicamente, quando conseguem um preço melhor, os beneficiados terão mais poder aquisitivo para adquirir outros produtos. Sendo assim, pode-se dizer que é uma relação cíclica, onde o cooperado representa grande importância. A tabela 04 traz por ramos de cooperativa o número de cooperados.

Tabela 04 - Número de cooperados por ramo

Ramos	Número de cooperados		Variação
	2011	2010	
Crédito	4.673.174	4.019.528	16%
Consumo	2.710.423	2.297.218	18%
Agropecuário	969.541	943.054	3%
Infraestrutura	829.331	778.813	6%
Saúde	271.004	246.265	10%
Trabalho	188.644	217.127	-13%
Transporte	143.458	321.893	-55%
Habitacional	99.474	101.071	-2%
Mineral	58.891	20.792	183%
Educacional	51.534	57.547	-10%
Produção	11.500	11.454	0%
Turismo e lazer	1.468	1.368	7%

Especial	393	397	-1%
Total	10.008.835	9.016.527	11%

Fonte: Organização das Cooperativas do Brasil. **Panorama do cooperativismo Brasileiro - Ano 2012.**

É possível observar que no Brasil, no ano de 2011, as cooperativas de crédito, consumo e agropecuário são os ramos que mais concentram cooperados, no ano de 2010 para 2011 houve uma variação, um crescimento de 11% no total de cooperados.

Essas cooperativas geram também empregos, o que acarreta uma movimentação da economia. No ano de 2011 cerca de 296.286 pessoas trabalhavam em cooperativas, interessante citar que o Estado que mais emprega nas cooperativas é o Paraná, com 64.999 pessoas. Entre os anos de 2010 e 2011 teve um crescimento de 13%. A tabela 05 demonstra os empregos gerados pelas cooperativas pelos estados.

Tabela 05 - Número de empregados de Cooperativas por Estado

Estado	Nº de empregados		Variação
	2011	2010	
PR	64.999	57.526	13%
RS	48.755	49.072	- 1%
SP	48.505	39.755	22%
SC	38.462	31.886	21%
MG	31.364	29.829	5%
RJ	7.883	7.693	2%
MT	7.724	6.238	24%
GO	7.349	6.404	15%
ES	6.591	5.950	11%
CE	5.457	5.654	-3%
MS	4.491	3.445	30%
BA	3.853	6.109	-37%
PE	3.348	3.172	6%
PB	2.912	2.631	11%
PA	2.325	1.694	37%

AL	2.244	3.358	-33%
DF	1.882	1.828	3%
AM	1.692	1.523	11%
RO	1.530	1.831	-16%
RN	1.301	1.746	-25%
TO	842	901	-7%
SE	643	617	4%
AP	572	547	5%
PI	447	482	-7%
AC	394	222	77%
RR	369	336	10%
MA	352	676	-48%
TOTAL	296.286	271.134	9,3%

Fonte: Organização das Cooperativas do Brasil. **Panorama do cooperativismo Brasileiro - Ano 2012**. OCB (2012).

Segundo a ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2007, as Cooperativas estão presente em 26 Estados da Federação e no Distrito Federal totalizando 1.751 municípios cobertos.

- Volume exportado: 3,3 bilhões
- PIB do cooperativismo: 6%
- Faturamento do cooperativismo: R\$ 72,2 bilhões
- 7.672 cooperativas
- 7.687.568 associados
- 250.961 empregados

Fonte: site http://www.ocb.org.br/site/ramos/eng/estatisticas_resultados.asp

Observa-se através dos números que o segmento cooperativista brasileiro tem importância relevante no cenário econômico nacional.

Participa com 6% na formação do Produto Interno Bruto, cerca de R\$ 72,2 bilhões, resultado produzido pela chamada economia social.

Essa economia está fundamentada na participação democrática, na solidariedade, na independência e na autonomia que são referenciais do cooperativismo, sistema fundamentado na união de pessoas e não no capital, visando atender necessidades do grupo e não o lucro.

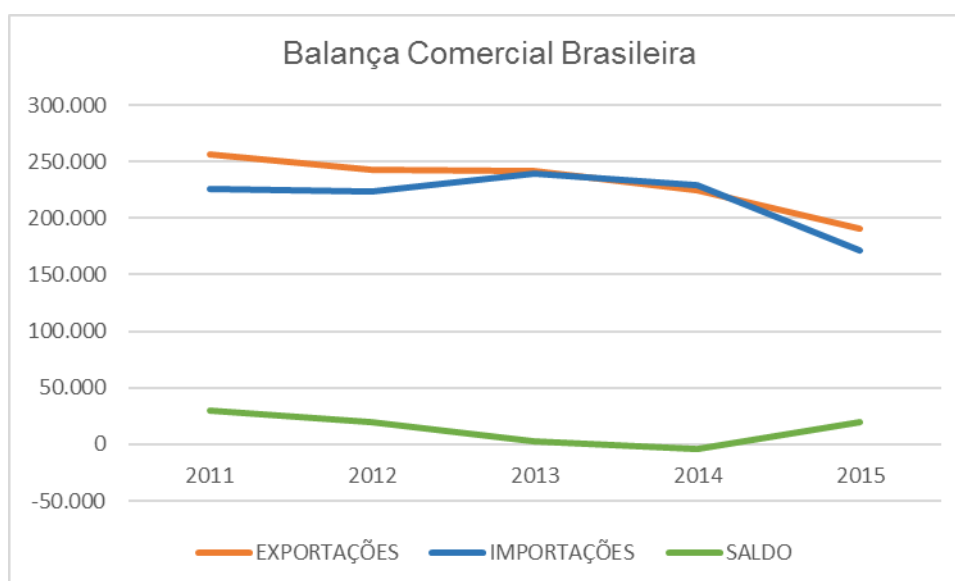
A tabela 06 abaixo, apresenta os números da Balança Comercial nos doze meses de 2015, o saldo da balança comercial brasileira acumulou um superávit de US\$ 19.6 bilhões, muito superior ao saldo negativo alcançado em igual período de 2014 US\$ -4,05 bilhões. Isto permitiu o maior superávit em 4 anos.

Esses números refletem a recessão pela qual passa a economia brasileira, que paralelamente a alta do dólar fizeram que as importações desabassem 25,2% em 2015.

Tabela 06 – Balança Comercial Brasileira

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - (US\$ milhões)			
PERIODO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
2015	191.134	171.449	19.685
2014	225.100	229.154	-4.054
2013	242.178	239.620	2.558
2012	242.578	223.183	19.395
2011	256.039	226.245	29.794

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=886>



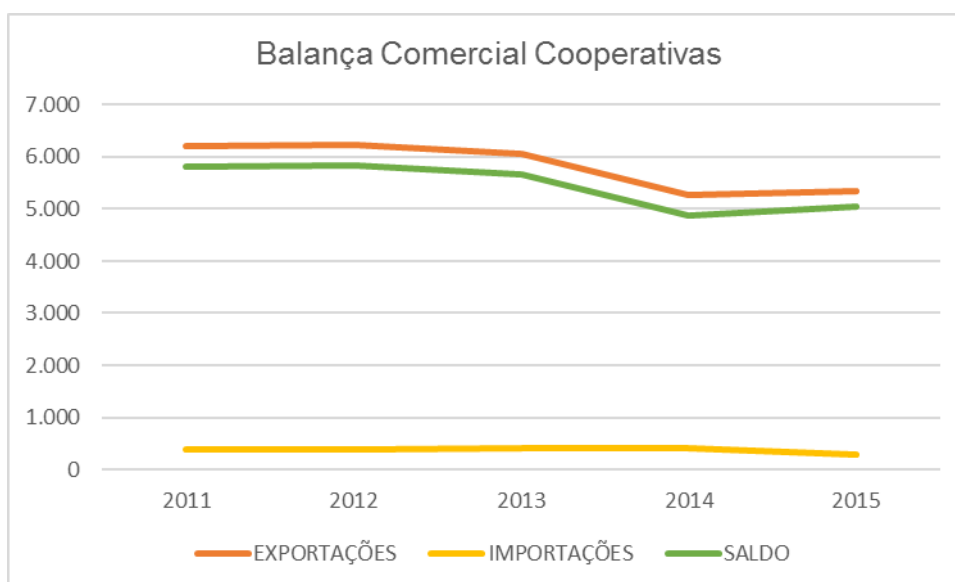
Apesar do fraco desempenho da economia brasileira, nota-se que em 2015 o setor Cooperativista apresenta discreto aumento de 1,29% nas exportações e queda expressiva de 30,19% nas importações, como se vê na tabela 07 abaixo.

Volume de recursos movimentado pelas exportações foram dirigidos a 143 países.

Tabela 7 – Balança Comercial das Cooperativas

BALANÇA COMERCIAL COOPERATIVAS - (US\$ milhões)			
PERIODO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
2015	5.348	289	5.059
2014	5.280	414	4.866
2013	6.072	396	5.676
2012	6.233	395	5.838
2011	6.213	388	5.825

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=886>



Setor Cooperativista tem aumentado sua participação nas exportações, cujo ramo que impulsiona as exportações é o agronegócio, tabela 08.

Este ramo do setor Cooperativista está fortemente concentrado nos estados da região Sul e está relacionado com a estrutura produtiva dessa região, onde predominam pequenas e médias propriedades.

Tabela 8 – Participação das Cooperativas na Balança Comercial Brasileira

PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (%)		
PERIODO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES
2015	2,80%	0,17%
2014	2,35%	0,18%
2013	2,51%	0,17%
2012	2,57%	0,18%
2011	2,43%	0,17%

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=886>

No Brasil existem 5.561 Municípios (IBGE), destes cerca de 1.407 (25,3%) possuem Cooperativa em seu território.

Analisando-se os indices da tabela 09 verifica-se que nos Municípios onde há cooperativas o IDH é cerca de 10% superior aos demais, reflexo da cultura e filosofia do associativismo como forma de desenvolvimento regional baseado na economia solidária e sustentável.

Tabela 9 – Comparativo de IDH em Regiões com Cooperativas e sem Cooperativas

IDH E MUNICIPIOS COM SEDES COOPERATIVAS						
	CO	NE	N	SE	S	BRASIL
Cooperativas	650	1.718	772	2.285	1.227	6.652
% Municípios com Cooperativas	29,37	30,99	36,3	32,19	31,31	31,71
Cooperativas por Município	1,44	0,97	1,59	1,76	1,20	1,35
IDH dos Municípios sem Cooperativas	0,727	0,600	0,647	0,730	0,763	0,666
IDH dos Municípios com Cooperativas	0,757	0,633	0,694	0,760	0,789	0,701

Fonte: Gerência de Apoio ao Desenvolvimento em Mercados (Germec/OCB)

Fonte: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/servicos/gestaoun/UN-2011.pdf>

No Brasil, o movimento Cooperativista é representado pelo sistema OCB, composto da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Confederação nacional das Cooperativas (CnCoop) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), cada qual com um objetivo específico, mas todos voltados para o desenvolvimento das cooperativas.

Na tabela 10 mostra-se as receitas das dez maiores Cooperativas brasileiras. Observa-se que, destas 70% estão no Agronegócio, uma no Ramo da Saúde, e uma no Ramo dos Transportes.

Tabela 10 – Dez maiores Cooperativas do Brasil por faturamento

2013			
Nome da cooperativa	UF	Receitas (R\$ milhões)	Ramo
COAMO	PR	7.780	AGRO
AURORA ALIMENTOS	SC	5.131	AGRO
C.VALE	PR	4.114	AGRO
UNIMED – RIO	RJ	3.526	SAÚDE
COCAMAR	PR	2.531	AGRO
COPACOL	PR	1.965	AGRO
COOP	SP	1.859	Consumo
COOPERALFA	SC	1.730	AGRO
COPERCAMPOS	SC	718	AGRO
COOPERCARGA	SC	717	Transporte

Fonte: <http://www.sescoop-ro.org.br/onze-cooperativas-brasileiras-estao-na-lista-das-maiores-empresas-do-brasil/#.V2DiDY-cHcs>

A excelência nos processos de gestão das cooperativas tem sido cada vez mais reconhecida no mundo empresarial.

Segundo a revista “As melhores da Dinheiro” lista dez cooperativas entre as mil maiores empresas do Brasil, segundo seis critérios: gestão financeira, governança corporativa, responsabilidade social, recursos humanos, inovação e qualidade, conforme tabela 11 abaixo.

Tabela 11 – Dez maiores Cooperativas por distribuição de sobras e funcionários

COOPERATIVA	Sobras Distribuídas (R\$ milhões)	Número de Funcionários	Informações (¹)
COAMO	320,0	26.846	2.015
AURORA ALIMENTOS	417,9	25.000	2.014
C.VALE	37,1	7.471	2.015
UNIMED – RIO	(*)	(*)	(*)
COCAMAR	122,0	2.000	2.015
COPACOL	71,2	8.857	2.015
COOP	(*)	(*)	(*)
COOPERALFA	(*)	2.227	2012
COPERCAMPOS	24,8	1.000	2015
COOPERCARGA	(*)	882	2013

(*) Informação não disponível

Fonte: (¹) Relatórios anuais de cada empresa

A consolidação das Cooperativas no Brasil fez com elas mostrassem maturidade figurando entre as maiores empresas brasileiras.

Entre as 50 maiores empresas da Região Sul, 24 estão localizadas no Paraná, dessas 10 são Cooperativas ou seja 20% das maiores companhias da Região Sul são Cooperativas paranaenses.

Fonte: <http://www.valor.com.br/valor1000/2015/ranking1000maiores>

Tabela 12 – Dez maiores Cooperativas por Cidade / Estado

COOPERATIVA	CIDADE	ESTADO
COAMO	Campos Mourão	PR
AURORA ALIMENTOS	Chapecó	SC
C.VALE	Palotina	PR
UNIMED – RIO	Rio de Janeiro	RJ
COCAMAR	Maringá	PR
COPACOL	Cafelandia	PR
COOP	Santo André	SP
COOPERALFA	Chapecó	SC
COPERCAMPOS	Campos Novos	SC
COOPERCARGA	Concórdia	SC

Fonte: Relatórios anuais de cada empresa

2.6 DADOS E INFORMAÇÕES DO SETOR COOPERATIVISTA NO MUNDO

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

A Aliança Cooperativa Internacional é um organismo mundial que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas.

Sua sede está localizada em Bruxelas, na Bélgica, e se organiza através de quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. Na América, a sede está localizada em San José, capital da Costa Rica.

Criada em 1895, constituída como uma associação não-governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações, objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo.

A ACI conta com mais de 230 organizações entre seus membros, mais de 100 países, que representam mais de 1 bilhão de pessoas de todo o mundo.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, as cooperativas são uma força econômica global. De acordo com o relatório anual de 2015, as 300 maiores cooperativas do mundo têm um volume de negócios estimado em US\$ 2,4 trilhões, mais do que o PIB do Brasil, oitava economia do mundo.

Ainda de acordo com o relatório cerca de 250 milhões de pessoas no mundo estão vinculadas a uma cooperativa.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, cerca de 1 bilhão de pessoas em todo mundo são membros de Cooperativas. (FAO), ou seja, uma em cada sete pessoas no mundo é associada a uma Cooperativa.

Na tabela 13 abaixo mostra-se as 10 maiores Cooperativas por volume de negócios. Destas 80% estão no ramo de Seguros, uma está no setor Agrícola e uma no segmento Bancário

<http://ica.coop/en/international-co-operative-alliance>

Tabela 13 - Dez maiores Cooperativas do Mundo

2013			
COOPERATIVA	PAÍS	VOLUME DE NEGÓCIOS (US\$ bilhões)	SETOR DE ATIVIDADE
Zenkyoren (National Mutual Insurance Federation of Agricultural Cooperatives) Zenkyoren (Federação)	Japão	63,34	Seguro
Groupe Crédit Agricole	França	43,03	Serviços bancários e financeiros
ZENROSAI (National Federation of Workers and Consumers Insurance Cooperatives) ZENROSAI	Japão	5,58	Seguro
Thrivent Financial Thrivent Financial	EUA	5,43	Seguro
GOTHAER Versicherungen Gothaer Versicherungen	Alemanha	5,42	Seguro
Agrial	França	5,38	Agricultura e alimentação
Natixis Assurances Natixis Assurances	França	5,38	Seguro
Mutua Madrileña Mutua Madrileña	Espanha	5,35	Seguro
Mutual of Omaha Mutual of Omaha	EUA	5,32	Seguro
KLP	EUA	5,25	Seguro

Fonte: <http://monitor.coop/>

3 COOPERATIVAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por representar iniciativas dos próprios cidadãos as cooperativas contribuem de forma relevante para o desenvolvimento local sustentável.

Isto posto é importante ressaltar que o segmento cooperativista apresenta desenvolvimento solidário e conforme Singer (2002), esse desenvolvimento é impulsionado por comunidades de pequenas firmas, cooperativas de trabalhadores ou associações que são conduzidas por valores de cooperação e ajuda mútua.

O desenvolvimento assim concebido é um paradigma emergente que enfatiza a urgência de encontrar abordagens, critérios e métodos que equilibrem essas dimensões em uma área específica de interação, a qual pode estar constituída, entre outras, pelas sociedades locais, pois estas são capazes de gerar processos de desenvolvimento através da sua transformação para superar as dificuldades e melhorar as condições de vida da população através da ação determinada e combinada entre os diferentes atores socioeconômicos (públicos e privados), para o aproveitamento mais eficiente e sustentável dos recursos locais.

Assim a economia solidária pode ser uma alternativa para promover a sustentabilidade, considerando que esta última requer uma inter-relação de diferentes dimensões para sua promoção, são elas: econômica, social, ambiental espacial e cultural (Sachs, 1993)

Buarque (1999), considera o desenvolvimento local como um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Sob esta concepção, o desenvolvimento é um processo sistêmico em que a partir de elementos locais se integram, elementos econômicos, sociais e políticos para

transformar os fatores produtivos, em bens e serviços, também gera bem-estar social, eleva a qualidade de vida e preserva o meio ambiente.

Neste contexto, as organizações cooperativas têm um papel-chave nos processos de desenvolvimento local, pois operam em regiões delimitadas e criam um forte vínculo com a comunidade local. Suas contribuições para o desenvolvimento local são oriundas de sua própria cultura e ideologia, uma vez que estas organizações são formadas por pessoas que buscam a cooperação solidária e conjunta, objetivando obter melhores resultados para atividade individual.

A partir desta perspectiva, para que os processos de desenvolvimento fluam em uma localidade é necessário que haja relação de confiança e cooperação, para permitir a realização de objetivos comuns, elementos que convergem para o conceito de capital social.

Diferentes autores, associam a ideia de capital social à noção de cultura. Dessa forma, capital social pode ser definido como:

“(...) um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência”. (FUKUYAMA, 2001).

Neste sentido, o capital social envolve a necessidade de incluir e revalorizar no processo de desenvolvimento, valores interpessoais como confiança, parceria, consciência cívica, ética e valores intrínsecos que prevalecem na sociedade. Elementos-chave que tendem ao sucesso de um empreendimento coletivo, no contexto de uma localidade.

À luz desta abordagem, pode-se dizer que as organizações cooperativas constituem uma das formas mais adequadas de gestão participativa, que permite maximizar o capital social sobre o financeiro, aumentando assim a possibilidade de formar projetos coletivos que ao mesmo tempo sejam produtivos e eficientes,

socialmente úteis e com base na gestão solidária voltada ao desenvolvimento da comunidade local.

Vale dizer que estas organizações são apoiadas por uma rede de relacionamentos, com características distintivas do conceito de capital social, tais como: ação conjunta a partir da confiança e da cooperação entre os seus associados, bem como, a atuação através de normas em busca de objetivos comuns. Em geral, as cooperativas são agentes de desenvolvimento local, porque se identificam e pertencem ao tecido social local onde são criadas. Fazem com que seus associados participem ativamente das decisões gerenciais através de assembleias e, fator igualmente importante, tendem a integrar-se em redes.

Diante do exposto, o principal desafio para essas organizações é contribuir de maneira sustentável para os processos de desenvolvimento local, através da implementação de atividades que transformem os fatores produtivos do território em busca do bem-estar social.

4 CONCLUSÃO

O setor cooperativista é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolve.

Organizações cooperativas são empresas de economia social, nas quais o elemento humano prevalece sobre o capital econômico.

Ao contrário de empresas mercantis, as cooperativas tem uma finalidade social e são geridas de forma democrática, a fim de conseguir a inclusão dos cidadãos no trabalho produtivo.

Essas organizações devem desenvolver uma combinação de estrutura associativa e empresarial tendo em vista o componente social (princípios, valores, democracia) e o componente econômico, a fim de alcançar um desempenho auto sustentável.

No entanto, mesmo quando a gerência das organizações privadas ou a das comunitárias (incluindo cooperativas) define seu estilo próprio de administrar, adaptando-se as necessidades locais, não pode ignorar as premissas e hipóteses básicas do conhecimento administrativo para alcançar uma gestão bem sucedida.

As cooperativas são organizações fundadas localmente, criam vínculos de cooperação, confiança e gestão solidária entre os cooperados, permitem empreendedorismo coletivo no contexto em que estão localizadas e projetam seus resultados para a comunidade a que pertencem. Portanto, essas organizações contribuem para a participação, inclusão social e organização local.

No entanto, para que as cooperativas contribuam realmente para fortalecer os processos de desenvolvimento, é necessário que participem de maneira ativa nos processos de transformação das localidades onde se encontram implantadas.

É através da realização de atividades que aproveitam as potencialidades do local onde estão inseridas gerando progresso e bem-estar social o que é conseguido através da produtividade, autogestão e a administração eficiente.

Da mesma forma, é necessária a construção de capital social comunitário por meio de consulta e confiança dos atores locais dispostos a criar sinergias para satisfazer suas necessidades básicas.

Ainda é necessário que haja a união de esforços entre o Estado, e as Sociedades Cooperativas para o estímulo à economia social, pois quanto maior for a capacidade das pessoas se unirem em torno objetivos comuns, maiores e melhores serão as condições de desenvolvimento local sustentável.

No contexto econômico vale dizer que a globalização trouxe inúmeros benefícios, mas, trouxe também consequências negativas principalmente nas questões sociais, como o desemprego, queda no nível salarial, agressão ao meio ambiente, dentre outras.

Assim a liberdade comercial, aliada a globalização econômica, provocam inegável contradição, de um lado a concentração do capital, de outro a exclusão social.

Destarte, as Cooperativas, constituem em opção alternativa às adversidades provocadas pela globalização.

Lendo o 6º princípio cooperativista da intercooperação, pode-se entender que as Cooperativas estão indo em direção à concentração, quando se diz “trabalhar em conjunto”, entretanto, essa concentração não significa exclusão como acontece na economia capitalista. Essa concentração é de cidadão, trabalhadores, produtores rurais, consumidores, representando milhões de cooperados em um processo que fortalece o segmento e levam a melhor redistribuição de renda e oportunidades.

O setor cooperativista em seus mais variados ramos sofre a pressão por mais eficiência, competitividade, profissionalismo assim como as empresas da

iniciativa privada, a diferença é que as Cooperativas são criadas para servir aos associados, e dessa maneira se adaptam a novas realidades econômicas, sem, entretanto, perder sua identidade, seus princípios e suas características específicas.

Suas atividades devem buscar a geração de sobras, porém esse não é seu objetivo, mas sim auxiliar na construção da valorização do humano em detrimento ao capital.

Apesar da brevidade, o estudo ratifica a idéia de que as Cooperativas como agentes de desenvolvimento local, promovem a auto suficiência local, através de ações horizontais, de coesão social, de construção de uma base sólida de desenvolvimento local sustentável.

REFERÊNCIAS

Aliança Cooperativa Internacional – ACI, fundada em 1895, tem sede em Genebra (Suíça).

(ACI – Aliança Cooperativa Internacional).
<http://ica.coop/en/international-co-operative-alliance>

<http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm

<http://www.sebraesp.com.br/index.php/54-produtos-online/associativismo-e-cooperativismo>

<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/servicos/gestaoun/UN-2011.pdf>

<http://www.valor.com.br/valor1000/2015/ranking1000maiores>

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 67

BUARQUE, S: Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/SergioBuarque.pdf>

Constituição Federal – 1988

FUKUYAMA, FRANCIS (2001) Confiança: As virtudes sociais e a criação da prosperidade: Rocco - P.155

Lei Federal 10.406/02 – Código Civil Brasileiro
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm

Lei Federal 5764/71 – Define a Política Nacional de Cooperativismo
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm

Ministério da Indústria e Comércio
<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=886>

Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB
<http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp?CodIdioma=1>

PINHO, DIVA B. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

SCHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente. São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SEBRAE, COOPERATIVA – Série Empreendimentos Coletivos, 2009.

SAIBA MAIS – SEBRAE [2006]

Fonte: <http://www.cooperativismo.org.br/cooperativismo/sebrae/saibamaiscooperativa.pdf>

SINGER, P. Cooperativismo: Uma Revolução Pacífica em Ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. – São Paulo: Contexto, 2000. Pág. 11-28